



# BASES DO PROGRAMA DE GOVERNO

2 ★ 0 ★ 1 ★ 0

**Mercadante**   
GOVERNADOR

*Este documento tem por objetivo estabelecer marcos de referência para a elaboração do diagnóstico da situação atual do Estado de São Paulo e para a formulação das diretrizes do Programa de Governo de Mercadante. Esse trabalho será desenvolvido pelos grupos setoriais, de apoio, universidades, organizações dos movimentos sociais e da sociedade civil.*



Partido dos Trabalhadores


### **Coordenação da Campanha de Aloizio Mercadante ao Governo de São Paulo**

**Emidio de Souza**, Coordenação Executiva da Campanha  
**Edinho Silva**, Coordenação Política  
**Eduardo Tadeu Pereira**, Tesouraria  
**Zé Américo**, Coordenação de Comunicação  
**Aparecido Luiz da Silva**, Coordenação de Eventos.  
**Antônio dos Santos**, Coordenação do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), de Agenda e articulação com deputados  
**Antônio Donato**, Coordenação da Campanha na Capital e articulação com senadores  
**Arselino Tatto**, Coordenação da Campanha na Capital e articulação com vereadores  
**Angelo Perugini**, Articulação com prefeitos  
**Rafael Marques**, Articulação com movimentos sindicais  
**Angélica Fernandes**, construção do Programa de Governo  
**Eloi Pietá**, construção do Programa de Governo  
**Vilson de Oliveira**, construção do Programa de Governo

### **COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL**

**Edinho da Silva**, Presidente  
**Rafael Marques**, Vice-Presidente  
**João Antonio**, Secretária de Organização  
**Silvana Donatti**, Secretária Geral  
**Irineu Pereira**, Secretária de Finanças  
**Antônio Mentor**, Líder do PT na Assembléia  
**Vilson de Oliveira**, Secretária de Formação Política  
**Tiago Nogueira**, Secretária de Nucleação  
**Iduigues Ferreira Martins**, Secretária de Assuntos  
**Aparecido Luiz da Silva (Cidão)**, Secretária de Comunicação  
**Wellington Diniz Monteiro**, Secretária de Movimentos Populares e Políticas Setoriais  
**Claudio Aparecido da Silva**, Combate ao Racismo  
**Angelo D'Agostini Júnior**, Sindical

**Rosângela Maria Rigo**, Mulheres  
**Judas Tadeu Souza**, Cultura  
**Alessandra Dadona**, Juventude  
**Antonio Lusairto Fideles**, Meio Ambiente  
**Maria José Trintin**  
**Adriano Diogo**  
**Ângelo Bolzan**  
**Estela Almagro**  
**Francisco Chagas**  
**Janete Pietá**  
**Paulo Henrique de Campos Soranz**  
**Pedro Álvaro Salvador**  
**Roseli de Fátima Ferreira**  
**Silvana Aparecida Silva**



Mercadante vai mudar  
São Paulo como Lula mudou o Brasil

As diretrizes de governo apresentadas neste documento estão pautadas por uma visão mais ampla de futuro e pelo convencimento de que está na hora de São Paulo trilhar um novo caminho. Nosso governo estará empenhado em construir uma sociedade mais justa, solidária e efetivamente democrática. Temos de tornar disponíveis, no presente, para toda a população, os resultados do desenvolvimento do estado mais rico do país e construir o estado de São Paulo do futuro, renovando seu enorme potencial econômico e social, assim como sua capacidade de liderança nacional. São Paulo merece muito mais.

Essa visão de futuro pressupõe novas formas de planejamento e gestão governamental, nas quais os investimentos sociais e em infraestrutura, ciência e tecnologia constituem a base logística e estratégica para um novo modelo de desenvolvimento. Isso também exige novas formas de relacionamento entre o Estado e o mercado, uma nova coordenação do desenvolvimento regional e a redefinição do papel de São Paulo na economia brasileira.

Repensar São Paulo, no contexto da grande transformação pela qual passa o Brasil, supõe dar uma nova direção e uma nova dinâmica a seu desenvolvimento: a força do crescimento precisa ser temperada pelo desejo de justiça, igualdade, democratização econômica, social e cultural. Aqui também o social precisa ser elevado à condição de eixo estruturante do desenvolvimento econômico. Precisa direcionar a força propulsora do poder público no progresso humano, o que exigirá forte ênfase em políticas sociais e na interiorização do desenvolvimento dentro do próprio estado.

Esse novo modelo de desenvolvimento também deve incorporar a sustentabilidade ambiental como política transversal, que precisa dialogar com o conjunto das ações, políticas e programas governamentais, visando compatibilizar o progresso técnico, o crescimento econômico e a distribuição de renda com a preservação do patrimônio ambiental de São Paulo e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Esse novo modelo deve, ainda, considerar a grande diversidade social e cultural de São Paulo. A formulação das políticas públicas precisa responder às características e necessidades dos diversos segmentos populacionais e grupos sociais, promovendo o acesso universal a direitos e serviços públicos e, ao mesmo tempo, afastando qualquer forma de preconceito ou discriminação social, de gênero, raça e etnia.

Ao olhar para o futuro, São Paulo tem na descoberta das

reservas petrolíferas do Pré-Sal um novo marco para sua economia. A expansão e integração de toda cadeia produtiva de gás e petróleo poderá impulsionar diversos setores de atividade econômica, gerando efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda. Se investidos prioritariamente em educação, ciência e tecnologia, assim como no combate à pobreza e às desigualdades sociais e na preservação do meio ambiente, os recursos do pré-sal podem representar, para o Brasil e para São Paulo, uma oportunidade histórica de dar um novo salto de qualidade.

Nossa inspiração é a grande transformação que está ocorrendo no Brasil com o governo Lula desde 2003. O país voltou a crescer, mas obedecendo a uma lógica distinta daquela do passado: o crescimento, hoje, acontece com estabilidade, distribuição de renda, justiça social e fortalecimento da democracia. O sucesso alcançado pelo governo Lula cria as condições para um projeto de desenvolvimento nacional democrático e popular, sustentável e de longo prazo para o país. Isso possibilita que São Paulo exerça um novo protagonismo.

A economia e a sociedade paulista têm diante de si um enorme campo de possibilidades que permitirão devolver a São Paulo seu papel de vanguarda no desenvolvimento econômico e social do país, não pela simples reiteração de sua trajetória passada, mas pela aposta em uma estratégia de longo prazo, baseada na incorporação e destinação social dos mais modernos recursos tecnológicos.

São Paulo reúne plenas condições, não só para ampliar seu engajamento em um novo ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda e justiça social, mas também de liderar a construção da sociedade do conhecimento no Brasil. O desafio é promover um intenso processo de modernização tecnológica e informacional, que envolva, sobretudo, um extenso conjunto de ações nas áreas de educação, inclusão digital e governo eletrônico.

Para liderar a necessária transição do modelo neoliberal, adotado nas últimas décadas no estado de São Paulo, cujo esgotamento se tornou mais do que evidente, o Partido dos Trabalhadores e os partidos aliados apresentam a nossa candidatura a Governador. Vamos construir um novo tempo e um novo caminho para São Paulo, colocando o estado em compasso com as grandes transformações em curso no Brasil.

**Aloizio Mercadante**

***O presente documento apresenta as diretrizes gerais que orientarão a elaboração do Programa de Governo de Mercadante ao Governo de São Paulo e estrutura-se em três partes:***

I. O que Lula construiu no Brasil – Apresenta breves notas sobre o legado deixado pelo Governo do Presidente Lula: estabilidade, crescimento, distribuição de renda, democracia, liberdade, respeito internacional, liderança na agenda ambiental e elevado grau de aprovação popular. O exemplo de Lula guiará Mercadante na transformação de São Paulo.

II. São Paulo não acompanhou o progresso do Brasil – Apresenta um breve diagnóstico da gestão do PSDB em São Paulo. Depois de 27 anos de comando do mesmo grupo político, São Paulo não desenvolveu o seu potencial econômico e os problemas sociais se agravaram. São Paulo não acompanhou o Brasil que Lula construiu e está ficando para trás.

III. Mercadante vai mudar São Paulo como Lula Mudou o Brasil – Apresenta as diretrizes gerais do Programa de Governo de Mercadante para o Estado de São Paulo. Enfatiza que as eleições de 2010 são uma oportunidade de mudar a história de São Paulo. O avanço de um Brasil mais justo será impulsionado se o Estado mais rico da federação estiver em sintonia com o projeto que estamos construindo no país. Deixa claro que é preciso e é possível mudar São Paulo. Vivemos um momento único que reúne as melhores condições de vitória para o PT e os partidos aliados e para transformar o estado de São Paulo. A qualidade e os resultados do governo Lula são um aval importante para nossa postulação. O estado mais rico da federação tem a melhor base industrial de serviços e a agricultura mais moderna do país, que poderiam estar impulsionando o desenvolvimento do Brasil com muito mais vigor.

# I – O QUE LULA MUDOU NO BRASIL

O Governo do Presidente Lula deixará uma herança notável para as próximas gerações.

A partir do Governo Lula, o Brasil passou a combinar de forma inédita:

- Crescimento econômico sustentado, com uma taxa média de expansão do PIB que é quase o dobro da taxa média das últimas duas décadas, além da rápida retomada, após a interrupção momentânea do crescimento causado pela crise econômica e financeira global.

- Estabilidade econômica, com uma inflação média dentro dos limites estabelecidos pelo sistema de metas e inferior à do próprio governo FHC.

- Distribuição da renda e inclusão social, com destaque para a retirada de mais de 20 milhões de pessoas da condição de pobreza extrema, sobretudo em função do Programa Bolsa Família, da recuperação do valor real do salário mínimo, do Programa Luz para Todos, da expansão do crédito consignado, do PROUNI e demais políticas de inclusão social e seguridade.

- Consolidação da democracia, com integral respeito ao Estado Democrático de Direito, plena liberdade de imprensa, separação e harmonia entre os poderes, crescente transparência e controle social das instituições republicanas e participação social nas políticas públicas

- Liderança na agenda ambiental, dada pela vanguarda na geração de energias renováveis, pela matriz energética relativamente limpa, pela enorme biodiversidade, pela abundância de recursos naturais estratégicos, como a água, e, acima de tudo, pelos ousados compromissos relativos à redução do desmatamento e das emissões dos gases do efeito estufa assumidos recentemente em Copenhague.

- Protagonismo internacional, revelado pela presença notória e ativa do Brasil em todos os foros mundiais relevantes, pela capacidade de articulação dos interesses dos países em desenvolvimento e pela afirmação ativa dos interesses nacionais.

O governo Lula fez tudo isso sem se afastar da austeridade fiscal. A dívida líquida do governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 57% para 42%, entre 2002 e 2010.

Pela primeira vez, o Brasil superou sua grave vulnerabilidade externa. Caminhamos, nos próximos dois anos, para ser-

mos a 7ª economia do mundo - devemos passar a França e a Inglaterra. Em breve, poderemos ser a 5ª economia do mundo. Já somos a 2ª agricultura do planeta e o país que mais produz e exporta alimentos.

Lula deixa um país que tem credibilidade e respeito internacional, outro fato inédito. Na crise de 2008, não solicitamos apoio do FMI, mas emprestamos mais de US\$ 14 bilhões para o fundo de apoio a outras nações. Deixamos de ser problema e passamos a ser parte da solução.

Em suma, Lula combinou estabilidade, crescimento, distribuição de renda, democracia e liberdade com respeito internacional e liderança na agenda ambiental.

A candidatura de Mercadante ao governo de São Paulo vem para anunciar a mudança. A herança e o exemplo de Lula avalizam a nossa postulação. Temos a convicção de que, após tudo o que fizemos pelo Brasil, podemos fazer ainda mais por São Paulo. Podemos e vamos construir em São Paulo as grandes mudanças que nos aproximam do projeto que estamos implantando no Brasil.



# II – SÃO PAULO NÃO ACOMPANHOU O PROGRESSO DO BRASIL

## São Paulo não acompanhou o Brasil que o governo Lula construiu.

Uma ampla parcela da população demonstra o desejo de mudança decorrente do cansaço com o continuísmo do grupo político que comanda São Paulo desde 1983. O projeto neoliberal para o Brasil, patrocinado pelo PSDB nos governos FHC, fracassou internamente e no cenário internacional. Mas seguiu adiante em São Paulo nos governos Alckmin e Serra. A herança desses governos é negativa em diversos setores. A imagem de “eficiência” contrasta com a omissão na defesa dos interesses de São Paulo e com a paralisia em áreas sensíveis da sociedade. Para exemplificar, a seguir apresentaremos breves notas.

### Omissão na Defesa dos Interesses de São Paulo

O Estado tem uma impressionante vocação para produzir riqueza. Sua economia representa um terço do PIB do Brasil e metade das exportações. Todavia, os governos tucanos não souberam aproveitar essas potencialidades. Por um longo período, a economia paulista cresceu abaixo da média nacional e sua participação relativa no PIB nacional decaiu. Deixou de liderar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em grande medida, a perda de dinamismo da economia paulista é consequência da omissão das lideranças políticas do PSDB na defesa dos interesses de São Paulo. Foram passivos diante da guerra fiscal, em detrimento da indústria de São Paulo; foram responsáveis pela privatização do Banespa, o principal banco de fomento do Estado; foram passivos na negociação dos termos do Acordo da Dívida em 1997, desfavorável ao estado de São Paulo; foram passivos no enfrentamento da abertura comercial e a aventura cambial durante o Plano Real; foram passivos na defesa de São Paulo, quando, em meio à grave crise financeira internacional de 2008, venderam o Banco Nossa Caixa, último esteio que restara para fomentar o desenvolvimento econômico no Estado.

### Ajuste Fiscal, Privatização e Desmonte do Estado

A perda relativa de dinamismo econômico também foi consequência do ajuste fiscal adotado desde 1995, que se manifestou pelas privatizações, pelos cortes de despesas e de

investimentos, pelas demissões e arrocho salarial dos servidores. O principal instrumento da estratégia de privatização era o Programa Estadual de Desestatização, comandado pelo então vice-governador Geraldo Alckmin (1995). A FEPASA, a CEAGESP e o Banespa foram transferidos para a União, o que afetou as áreas de transporte ferroviário, de abastecimento e de fomento ao desenvolvimento. Outros setores foram afetados, como os de energia e saneamento, com a abertura de capital da Sabesp e a privatização da Elektro, da Eletropaulo, da CPFL e da Comgás. Nos governos Alckmin/Serra teve início um novo ciclo de privatizações, com a venda da CTEEP (transmissão de energia) e da Nossa Caixa.

### Comprometimento dos Mecanismos de Fomento

O comprometimento do sistema financeiro público paulista é outra herança preocupante. A transferência do Banespa para o governo federal e sua posterior privatização trouxe prejuízo social e econômico. O Banespa foi transferido por R\$ 2 bilhões para a União e vendido, pouco tempo depois, por R\$ 7 bilhões. A partir de então, a Nossa Caixa passou a ser o único instrumento de fomento do desenvolvimento. Mas logo o governo Serra se encarregou de vender a Nossa Caixa.

### Perda da Capacidade de Planejamento Governamental e Estratégico

Com as privatizações e a perda dos seus braços financeiros, o governo paulista deixou de ter o comando sobre setores essenciais e sobre mecanismos importantes de indução do crescimento. Hoje, o Estado não possui instrumentos para fomentar a industrialização e o desenvolvimento regional. Temos poucas margens de manobra para impulsionar áreas importantes da infraestrutura econômica (ferrovias, rodovias, portos, energia e telecomunicações).

## Falta de Resposta à Crise Financeira de 2008

Enquanto o governo Lula enfrentou a crise com fortes estímulos à produção e ao consumo, por meio de isenções fiscais e crédito, o governo tucano aprofundou a crise ao aumentar a carga tributária pela ampliação do mecanismo de substituição tributária antecipando a arrecadação de impostos. Mais grave, no auge da crise, vendeu a Nossa Caixa e anunciou a criação da Agência de Fomento Paulista, que já nasceu com recursos limitados e contingenciados. Na capital, no auge da crise, o prefeito aliado de Serra aumentou o IPTU e a tarifa de ônibus, retirando mais renda da população, e se afastou de todo esforço do governo Lula de fomento ao mercado interno para recuperar o consumo, o emprego e a produção. O governo Lula agiu sozinho, sem parceria em São Paulo, para reverter a mais grave crise financeira e econômica internacional desde 1929.

## Esvaziamento Econômico do Interior

As lideranças do PSDB relegaram para um plano secundário o desenvolvimento regional mais equilibrado. Não foram criados instrumentos para a interiorização do desenvolvimento. A falta de uma política de ordenamento territorial se traduziu no gigantismo das regiões metropolitanas. Mais de 90% das atividades econômicas estão concentradas na RMSP e nas quatro regiões administrativas que formam o seu entorno (Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba). Enquanto isso, 440 cidades perderam importância relativa na economia e participam em apenas 5% do PIB paulista. Não tivemos políticas que impulsionassem a vocação econômica regional, em especial das regiões mais pobres do estado, ampliando a migração de pessoas do interior. Houve redução demográfica em mais de 200 cidades. As pessoas estão saindo, especialmente do Oeste paulista, porque as principais políticas que tiveram foram o pedágio e o presídio.

## Enfraquecimento dos Institutos de Pesquisa

A perda relativa de dinamismo e de importância da nossa indústria também é fruto da ausência de uma política consistente de ciência, tecnologia e inovação. O estado de São Paulo dispõe de um amplo número de renomadas instituições de pesquisas criadas pelo estado ao longo dos últimos 130 anos. Os cientistas e pesquisadores são responsáveis por cerca de metade da produção científica do país. Os 18 institutos de pesquisas estaduais, vários criados há mais de 100 anos, são referências internacionais. Contudo, esse formidável conjunto de instituições ligadas à ciência, tecnologia e conhecimento não foi utilizado de forma adequada para ampliar a capacidade de atração de investimentos do estado e estão em crise

por falta de uma política de Estado. A tecnologia e a inovação têm um forte caráter multidisciplinar e interdisciplinar e o sucesso dos desenvolvimentos tecnológicos modernos pode ser atribuído à estreita cooperação e interação entre as várias áreas do conhecimento.

## Ausência de Política para a Agricultura Familiar e a Agroindústria

### Agricultura Familiar

O estado de São Paulo possui uma agricultura pujante e eficiente, graças à força do agronegócio e da competência e empreendedorismo dos pequenos e médios produtores rurais, que não contam com o apoio do poder público estadual. Os sucessivos governos tucanos destruíram os serviços de assistência técnica e extensão rural, além de terem sucateado a defesa e a pesquisa agropecuária. Centros de pesquisas de ponta, como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), foram totalmente abandonados. A Secretaria de Agricultura do Estado e a Fundação Itesp contam com menos de 1% do orçamento estadual. A ausência de política para a agricultura resultou na expansão desregulada do latifúndio monocultor. Houve concentração de posse da terra e expulsão dos pequenos e médios produtores. Os problemas fundiários e agrários se agravaram: terras públicas griladas, latifúndios improdutivos, posseiros não titulados e pequenos proprietários e assentados não tiveram suporte para produzir.

### Agroindústria

Não houve esforços para garantir investimentos e programas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para o aumento da produtividade agrícola. Ao contrário da Embrapa, do Governo Federal, os diversos institutos de pesquisa de São Paulo – como o Instituto Agrônomo de Campinas, por exemplo – foram sucateados. Também não existem políticas específicas visando a ativação das principais cadeias produtivas da agroindústria no estado (citricultura, álcool, pecuária e grãos).

## Lentidão dos “Projetos Estratégicos” de Alckmin

Na Gestão Alckmin (2003/2006), “47 Projetos Estratégicos do Governo de São Paulo” foram apresentados pela propaganda oficial como uma das principais marcas e realizações do seu governo. De acordo com o discurso do então governador, “esses projetos têm a execução acelerada e obedecem a um modelo de intenso gerenciamento, no qual itens como obra física, situação financeira, cronograma e metas a serem atingidas são constantemente monitorados” (grifos nossos). Todavia, a análise da carteira desses projetos revela um distanciamento entre a “prioridade” e o ritmo das obras. Na gestão Alckmin, o



governo não conseguia sequer executar o orçamento aprovado pela Assembléia Legislativa em 2005: em 70% desses projetos a execução orçamentária foi inferior ao orçamento aprovado; em parcela significativa deles, a execução foi inferior à metade dos recursos orçamentários aprovados.

Dentre os projetos paralisados ou que caminhavam em ritmo lento estão alguns de grande importância para o desenvolvimento econômico e social de São Paulo: eliminação das Restrições da Hidrovia Tietê-Paraná; despoluição do Rio Pinheiros; trecho Sul do Rodoanel (concluído cinco anos depois, no último ano da Gestão Serra); modernização da Linha 12 – Safira (antiga Linha F) da CPTM; saneamento da Baixada Santista; combate às enchentes da RMSP; modernização do Sistema Prisional; despoluição do Rio Tietê (Fase 2); Linha 4 do Metrô (obra fundamental para a RMSP, ainda não inaugurada pela Gestão Serra); duplicação da Rodovia dos Tamoios; ampliação do Porto de São Sebastião; e, Linha 2 do Metrô, ainda incompleta.

## Infraestrutura de Transportes

### Falta de Projetos Estruturantes

Os sucessivos governos do PSDB não investiram em projetos estruturantes de transporte. Hoje, mais de 90% do transporte de carga é feito por rodovias, acima da média nacional. Abriam mão do transporte ferroviário, mantendo sua malha sucateada e obsoleta. A privatização da FEPASA desarticulou o setor Ferroviário. Projetos estruturais de recuperação do setor (como o Ferroanel e o Expresso Aeroporto e Trem Guarulhos, a Implantação do Trem Regional Inter metropolitano São Paulo-Campinas – TRIM, por exemplo), estão paralisados. Faltaram projetos ousados como o Trem Bala, que lançamos na última campanha eleitoral em São Paulo, um sistema já presente em todas as grandes e importantes cidades do mundo. O estado perdeu a capacidade em definir a política para os aeroportos regionais. A hidrovia Tietê / Paraná, um dos mais importantes meios fluviais de navegação, até hoje não foi concluída. As obras do complexo portuário de Santos e São Sebastião, de responsabilidade do Governo de São Paulo, e de duplicação da Rodovia Tamoios estão, praticamente, paralisadas.

### Abuso de Pedágios

Em tempos passados, Washington Luis cunhou a frase: “Governar é construir estradas”. Para os tucanos, governar é construir pedágios. Assim, no setor rodoviário, prevaleceu a utilização da malha rodoviária para gerar recursos por meio de concessões. As tarifas de pedágios estão entre as mais caras. Essas tarifas provocam o aumento no valor dos fretes e trazem um ônus adicional para toda economia paulista, em especial

para algumas regiões do interior. São 227 praças de pedágios, mais de 80 delas instaladas pelo governo Serra. O pedágio pode ajudar no financiamento de novos investimentos e na manutenção das vias. Todavia, o abuso dessa prática e os preços elevados levam à perda da racionalidade econômica, da competitividade e da renda das famílias.

## Segurança Pública

### Avanço do Crime Organizado

O crime organizado cresceu e vem avançando a cada ano. Quebrou a disciplina e comanda os presídios. Em 2006, no governo Alckmin, aconteceram os ataques da principal facção criminosa, que deixaram 42 policiais e 16 agentes penitenciários mortos. Os presídios viraram verdadeiras “universidades do crime”. A população tem medo e está descrente das instituições. O governo não coordena as várias instituições de combate ao crime e de prevenção (Secretaria de Segurança, Administração Penitenciária, Justiça, Fundação Casa e Ministério Público Estadual). São Paulo não possui serviço eficiente de inteligência no sistema prisional. Não temos perspectivas de recuperação dos presos e de ressocialização dos egressos. Sequer o problema dos celulares nos presídios foi enfrentado. Temos um excesso de 59 mil presos além das vagas disponíveis. Falta policiamento ostensivo, quando sabemos que a melhor polícia é aquela que previne o crime.

### Polícia Paulista tem um dos piores salários do Brasil

A polícia de São Paulo tem um dos piores salários do Brasil. O salário dos delegados de polícia, em início de carreira (R\$5.534,00), de São Paulo está abaixo de muitos estados mais pobres como Piauí (R\$ 7.141,00) e Sergipe (R\$ 8.469,00). Ocupa a 19ª posição em relação aos salários pagos nos demais estados brasileiros. Na Polícia Militar a situação salarial não é diferente. Além disso, seus profissionais estão submetidos a condições de trabalho inadequadas. Há profunda insatisfação nas polícias Civil e Militar. Chegamos, inclusive, a ter confrontos de rua entre as duas polícias. É urgente a adoção de iniciativas voltadas para a valorização da carreira dos policiais e agentes penitenciários, recuperando os salários, estimulando a formação e resgatando a autoestima das corporações.

### Aumento da Violência

Quase todos os indicadores de violência pioraram entre 2008 e 2009: tráfico de entorpecentes (aumento de 11,71%); roubo (18,08%); furto (8,11%); mortos em confronto com a polícia (27,38%). O mesmo se verificou entre o primeiro trimestre de 2009 e 2010, com destaque para o tráfico de entorpecentes

1. [www.planejamento.sp.gov.br/PlanOrca/programas.asp](http://www.planejamento.sp.gov.br/PlanOrca/programas.asp)

2. A descrição detalhada destes projetos encontra-se em [www.saopaulo.sp.gov.br/projetos\\_estrategicos/](http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetos_estrategicos/)

(aumento de 11,74%) e os mortos em confronto com a polícia (34,23%).

Chegamos ao ponto de ter assalto dentro de delegacia. As penitenciárias no interior levaram a criminalidade para lá. Há uma clara tendência de interiorização da violência. O uso do crack está generalizado, afetando, inclusive, crianças e adolescentes.

## Educação

### Desempenho Escolar Abaixo da Média Nacional

Na educação, o quadro também é crítico. Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o estado de São Paulo demonstram dados alarmantes. A maioria dos alunos não apresenta níveis adequados de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática. Os exames de avaliação em São Paulo mostram que os jovens, quando chegam no 3º ano do colegial, estão sabendo em média o que deveriam saber na 8ª série. Eles estão perdendo três anos de conhecimento ao longo da sua formação. Exames de avaliação do ensino – como o PISA, Programa Internacional de Avaliação de Alunos, coordenado pela OCDE e realizado pelo INEP/MEC, um reconhecido exame internacional – mostram que São Paulo está abaixo da média nacional. No 4º ano do Ensino Fundamental o percentual de alunos que atingem índices adequados é de apenas 32,3% em Português e 24,7% em Matemática. Na 8ª série do Ensino Fundamental, esses números são de 18,3% em Português e 10,1% em Matemática. E no 3º ano do Ensino Médio o percentual de alunos com índices adequados é de apenas 22,1% em Português e 4,5% em Matemática (Fonte: SAEB 2007).

### Baixa Qualidade do Ensino e Problemas Estruturais e Falta de Democracia

A baixa qualidade do ensino esconde problemas estruturais, agravados nos últimos anos. A gestão autoritária, marca dos governos tucanos, revelou-se pela ausência de um pacto federativo entre o Estado e os Municípios paulistas no processo de municipalização do ensino fundamental, o que fragmentou o sistema educacional público. Os profissionais da educação foram excluídos da elaboração da Proposta Pedagógica da escola e os Conselhos de Escola foram desvalorizados. A falta de critérios na implantação do sistema de progressão continuada transformou-o na aprovação automática. A organização do ensino em ciclos foi implantada de forma desarticulada com a avaliação e o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizado. Muitas salas de aula estão superlotadas. A violência nas escolas aumentou. A infra-estrutura em equipamentos para o aprendizado é precária.

### Desvalorização do Professor

Há uma profunda insatisfação dos profissionais da educa-

ção. A carreira do professor tem sido desvalorizada. Não há política de capacitação continuada. Dos 217 mil professores, 98 mil são temporários contratados sem concurso público. Se quisermos recuperar a educação, temos que começar pelos professores, valorizando a profissão, o processo de formação continuada, o estímulo à graduação e à pós-graduação. O piso salarial dos docentes é o 14º do Brasil. Faltou o diálogo entre o Governo e os professores, além da inaceitável violência policial na repressão do movimento dos professores, o que contribuiu para comprometer a motivação e a dignidade da categoria.

Educação Infantil, Ensino Médio e Ensino Superior

Na educação infantil, a oferta de vagas de creches e pré-escola é muito reduzida em relação ao total da população de zero a cinco anos. O Ensino Médio não está articulado com o ensino profissionalizante. A ampliação da rede de escolas técnicas não foi acompanhada de recursos humanos e materiais para que as ETECs funcionem plenamente. No ensino superior, a ampliação das universidades (USP Leste, UNICAMP e UNESP) não prevê garantia de recursos que assegurem a qualidade das novas unidades.

## Saúde Pública

### Ausência de Compromisso com o SUS

O atendimento e os serviços de saúde são insuficientes. Existem longas filas para a realização de exames e de cirurgias de média e alta complexidade. Essa situação é fruto da ausência de compromisso do estado de São Paulo com o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS ancora-se nos princípios da colaboração e da gestão compartilhada entre esferas de governo. Requer uma relação republicana entre o governo federal, os estados e os municípios. Todavia, o nível estadual tem sido o elo fraco dessa gestão cooperada. Somente em 2004, a Secretaria Estadual da Saúde foi habilitada como “gestora plena” do SUS. Mesmo assim, descumpra as normas e regras pactuadas com o SUS.

### Falta de Apoio aos Municípios Paulistas

O Governo de São Paulo não faz parceria com seus municípios para o reforço dos diversos programas de prevenção das doenças, que estão sendo desenvolvidos pelo SUS em todo o Brasil, com a cooperação do Governo Federal. Observe-se, por exemplo, que o governo federal lançou o projeto das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) que visa o atendimento emergencial. São 101 contratadas ou em construção no estado de São Paulo. Para a UPA funcionar, o governo federal constrói e ajuda a financiar o custeio junto com o município e o estado. Todavia, o governo de São Paulo não participa do custeio. A mesma omissão ocorre no caso do SAMU. O governo Lula entregou 397 ambulâncias – muitas das quais UTI móveis - e participa com 50% do custeio. O restante deveria ser integralizado pelo estado e pelos municípios (25% cada). Praticamente todos os estados do Brasil participam do SAMU.



Grande parte das Santas Casas vive situação financeira crítica e não encontram apoio necessário por parte do governo de São Paulo, obrigando os municípios e o governo federal a arcar com todos os custos. Sem o apoio do governo estadual, o governo Lula implantou mais de 3 mil Farmácias Populares e Aqui tem Farmácia Popular em 454 municípios paulistas e expandiu o Programa Saúde da Família (PSF), que passou de 1.776 equipes, em 2002, para 3.272 equipes, em 2009. No Governo Lula houve um aumento expressivo na participação dos repasses federais para São Paulo, que passaram de R\$ 383 milhões, em 2002, para R\$ 3,97 bilhões, em 2010.

Modelo de Privatização da Saúde Depende de Decisão do STF – A administração dos hospitais foi repassada para Organizações Sociais, sem licitação, de mecanismos de fiscalização, de controle social e de transparência. Tramita no Supremo Tribunal Federal o julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela sociedade civil contra essas práticas. A prioridade concedida a essas organizações não foi acompanhada de investimentos nos 46 hospitais de “porta aberta” mantidos pelo governo de São Paulo.

## Assistência Social

A política estadual para a Assistência Social não tem compromisso com as mudanças constitucionais regulamentadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Ela é arcaica e inadequada pela presença da personalidade da primeira-dama do estado. O Orçamento Estadual, além de destinar recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, destina-os para o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, gerido pela primeira-dama. Este modelo arcaico inviabiliza a possibilidade de efetivar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que prevê uma cooperação federativa entre os três níveis de governo.

Fruto desse modelo atrasado, a política estadual é pulverizada e superposta em programas, serviços e atividades realizadas por diversos órgãos da administração estadual. Existem poucos esforços no sentido de articular as ações típicas da assistência social com as ações dos programas de transferência de renda. Mais grave, não há articulação entre os programas federal (Bolsa Família) e o estadual (Renda Cidadã). Além do pequeno volume de recursos mobilizados e do reduzido número de famílias beneficiadas pelo Renda Cidadã, trata-se de iniciativa concorrente e não complementar ao Bolsa Família, cujo êxito é reconhecido internacionalmente. Hoje, São Paulo possui aproximadamente 1,4 milhão de famílias pobres. O programa estadual Renda Cidadã atende cerca de 150 mil famílias, enquanto o Programa Bolsa Família, do governo Lula, atendeu em 2009, somente no estado de São Paulo, mais de 1,1 milhão de famílias.

## Habitação Popular

### Ineficácia da CDHU

A produção de moradias pela CDHU tem sido residual face aos problemas existentes. Na presente década, em média, foram construídas 20 mil moradias por ano. Em diversos anos, os gastos realizados ficaram muito aquém do orçamento aprovado pela Assembléia Legislativa. A meta do governo Serra para 2009/2010 é construir 68 mil moradias, enquanto a meta do governo Lula é viabilizar 184 mil, somente no estado de São Paulo, através do Programa Minha Casa Minha Vida, sendo que 80 mil já estão contratadas e em construção.

Mais de Meio Século para Enfrentar o Déficit Habitacional

Estudos da Fundação João Pinheiro estimam que, em 2000, o déficit habitacional em São Paulo atingia 1.116.000 famílias. Mais de 80% desse déficit contemplam famílias com renda familiar per capita igual ou inferior a três salários mínimos mensais. Como dissemos, entre 2000 e 2010 a média anual de moradias construídas pela CDHU foi de cerca de 20 mil unidades. A persistir nesse ritmo será necessário meio século para que o déficit habitacional, que existia em 2000, seja enfrentado.

## Transporte Público e Trânsito

### O Trabalhador Perde um mês por Ano para ir da sua Casa para o Trabalho

A situação do trânsito na RMSP é caótica: congestionamentos crônicos; baixa velocidade do fluxo de veículos; elevado consumo de combustíveis e de emissão de poluentes; expressivo número de viagens realizadas a pé; e, reduzida participação do transporte de massa em relação ao transporte individual. Segundo o Ibope, só na capital, as pessoas perdem por dia 2 horas e 43 minutos, em média, no trânsito de São Paulo, para ir de casa ao trabalho e do trabalho para casa. Multiplicando pelos dias úteis, o trabalhador perde 35 dias por ano no trânsito.

### Saturação do Metrô

Uma visão do caos no transporte público pode ser vista todo dia na estação da Sé do Metrô. Saturada, com mais de meio milhão de passageiros por dia, as pessoas não conseguem embarcar e desembarcar. Na Linha Vermelha, por exemplo, esperam várias composições para ir do Centro à Zona Leste. Após embarcar, o trabalhador enfrenta a superlotação - o número de passageiros transportados no metrô e nos trens da CPTM chega a dez pessoas por metro quadrado.

## **Lentidão na Construção do Metrô**

O ritmo das obras do Metrô é lento, sobretudo se comparamos com o desempenho de outras metrópoles, como a Cidade do México. Em 1995, São Paulo tinha 43,4 quilômetros de linhas; em 15 anos, a expansão foi de apenas 23,7 quilômetros – média de apenas 1,5 quilômetros por ano. A Cidade do México, que começou junto com São Paulo (inaugurou seu primeiro metrô em 1969 e São Paulo em 1974), tem 202 km de Metrô, disposto numa malha com 11 linhas e 175 estações (São Paulo: 5 linhas e 58 estações).

Mesmo assim, não faltou ajuda do Governo Lula para as obras do Metrô. O governo federal investiu R\$ 1,5 bilhão na Linha 2 do Metrô de São Paulo, via BNDES, mais R\$ 270 milhões, via Ministério das Cidades. A Linha 5 teve R\$ 770 milhões do BNDES. Já nas linhas C e F da CPTM, foi feita uma securitização dos recebíveis e o BNDES foi o grande comprador, uma operação de R\$ 189 milhões. Na Linha 17, o projeto do VLT Congonhas – Morumbi, o governo federal disponibilizou R\$ 1,08 bilhão de financiamento. Levando em conta o valor já liberado, são R\$ 3,9 bilhões. Apesar desse apoio, todos os cronogramas das obras estão atrasados.

## **Saneamento Ambiental**

### **Falta Política Estadual de Saneamento**

A Secretaria de Saneamento e Energia tem a função de planejar e executar a política estadual de saneamento básico em todo o território do estado de São Paulo. Todavia, não é isso que ocorre. Essa tarefa sempre ficou a cargo da SABESP. Todavia, 279 cidades operam diretamente os serviços de saneamento ou fizeram a concessão ao setor privado. Dos 118 municípios com mais de 50 mil habitantes, a SABESP opera em 62.

### **Abastecimento de Água: Mais Pobres não Têm Acesso**

Nos municípios operados pela Sabesp na RMS, 600 mil pessoas que vivem em áreas regularizadas ainda não têm acesso à água potável de forma adequada. Nestes cálculos não está incluída a população que vive em áreas irregulares e que somam mais de 2,5 milhões de pessoas.

### **Metade do Esgoto Coletado não possui Tratamento**

Com relação à coleta dos esgotos a situação é muito pior. De acordo com a CETESB, 79% dos domicílios urbanos paulistas estão conectados à rede coletora de esgotos (na Baixada Santista apenas 55%). Do total de esgotos coletados no Estado apenas 45% são tratados. O restante é despejado sem nenhum tratamento, ou com tratamento precário, em rios, córregos e no oceano. Há 157 municípios sem nenhum tratamento, congregando uma população de mais de 9 milhões de habitantes.

### **O Desafio da Captação de Recursos Hídricos**

O problema de abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo, no futuro próximo, pode se transformar em um grande desafio por falta de planejamento estratégico e de uma política de preservação dos recursos hídricos do estado.

### **Lucro ou Preservação do Meio Ambiente?**

A Sabesp se transformou em uma empresa de negócios, cujo principal objetivo é atender às exigências do mercado. Obteve da Assembléia Legislativa de São Paulo autorização para atuar fora do estado, inclusive no exterior e nas áreas de energia e resíduos sólidos. Em 2000, o Governo do Estado detinha 85,3% das ações da empresa. A partir de 2002, a Sabesp começou a negociar suas ações na Bolsa de Valores e a redução da participação acionária do Governo de São Paulo caiu para 50,3%. Com essa privatização disfarçada e o imperativo de remunerar seus acionistas, a Sabesp estabeleceu uma lógica que compromete sua ação voltada para a inclusão social e a sustentação ambiental.

### **Permanência de Traços Autoritários na Relação da Sabesp com os Municípios**

A maioria dos municípios operados pela SABESP firmou contratos de concessão com a empresa por 30 anos no início da década de 1970. Na relação da Sabesp com os municípios subsistem traços autoritários. A empresa nunca os incorporou nos processos de planejamento, definição de tarifas, priorização de obras, entre outros. A partir de dezembro de 2007, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP passa a regular os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no estado. A ARSESP, depois de dois anos de criação, ainda não se consolidou, apesar de ter recebido delegação para regular os serviços de saneamento em quase 200 cidades. Só recentemente realizou concurso público e instituiu o Conselho de Orientação de Saneamento. Todos os municípios que renovaram contrato com a SABESP delegaram à ARSESP a tarefa de regular os novos contratos.

### **Degradação Ambiental**

A gestão tucana ignorou a possibilidade de São Paulo se tornar uma alternativa na rota do desenvolvimento sustentável, que deve incluir o incentivo às novas matrizes de energia renovável, como o biodiesel. Essa omissão produziu sequelas, como a contaminação dos recursos hídricos, destinação inadequada do lixo, esgoto sanitário sem tratamento, solo contaminado, devastação florestal e de matas ciliares e ocupação de áreas de proteção ambiental e de mananciais. Pouco foi feito também em relação ao aquecimento global e às políticas de descarbonização da economia, regulação do mercado de crédito de carbono, incremento das fontes de energia solar e eólica. Não houve ação eficaz na proteção dos mananciais, das águas, das matas ciliares. O governo não teve ação pró-ativa na proteção do que resta de mata atlântica, na redução da emissão de gás carbônico e do efeito estufa.

## Prevenção de Enchentes

O estado paulista tem uma política frágil de prevenção de enchentes e de deslizamentos de encostas, como ficou evidente com as fortes chuvas do último verão, nas quais morreram 72 pessoas e milhares ficaram desabrigadas. A população em áreas de risco é muito extensa e falta um programa de macrodrenagem e remoção. Registramos o contraste: enquanto governo tucano cortou drasticamente o orçamento de combate às enchentes em 2009, o governo Lula destinou R\$ 1,1 bilhão para investimentos em obras de prevenção de enchentes para os municípios paulistas, além de lançar o PAC 2 com a meta de dobrar para 2 milhões de moradias o programa Minha Casa, Minha Vida.

## Política para o Meio Ambiente

Os governos do PSDB não formularam uma política estadual voltada para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Prevalece um quadro de indefinição, fragmentação, e excesso de burocracia. As intervenções para o controle de poluição são descontínuas e pontuais. O licenciamento ambiental é moroso. O Sistema Estadual de Recursos Hídricos ainda encontra-se inconcluso. O mesmo pode-se dizer do atual estágio de funcionamento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Parques e Reservas). As atividades de planejamento ambiental estão ainda inacabadas, como o zoneamento ecológico e econômico e o Programa de Gerenciamento Costeiro. O potencial de instituições, como a CETESB e os Institutos de pesquisa, não é desenvolvido nem articulado.

## Ausência de Políticas para Mulheres

O Governo de São Paulo não tem políticas específicas para as mulheres. No período entre 1995 e 2006, aumentou, entre as famílias em situação de extrema pobreza, o número das que são chefiadas por mulheres. Além disso, dois graves problemas têm atingido as mulheres: o avanço da AIDS e a gravidez na adolescência. Enquanto o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Mulher, implantou a Política Nacional de Saúde da Mulher, sancionou a Lei Maria da Penha e promoveu o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, o governo paulista não deu a devida atenção a este tema. Na área de combate e prevenção à violência contra a mulher, houve pouquíssimos avanços, nesse mesmo estado que criou a primeira Delegacia da Mulher, em 1985.

## Discriminação Racial

O combate à discriminação racial, por sua vez, ficou na propaganda. Foi criada a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, um órgão sem apoio efetivo do

governo e totalmente imobilizado. Enquanto isso, o Governo Lula atuou para superar as desigualdades raciais, por meio de políticas públicas que fortalecem a auto-estima da população negra, ao regularizar as terras de quilombos, ao implantar cotas nas universidades e promover ações afirmativas para resgatar vários séculos de discriminação.

## Juventude

A política para a juventude é insuficiente. O Programa Jovem Cidadão atende apenas 95 mil jovens. A Fundação Casa, antiga FEBEM, apresenta graves debilidades no atendimento aos jovens em situação de conflito com a lei. São mais de 6 mil nessa condição, em um total de mais de 20 mil no regime geral de atendimento da fundação. É alarmante o avanço das drogas. Ao contrário de São Paulo, o Governo Lula fez que o poder público reconhecesse as demandas juvenis e deu a elas dimensão institucional ao criar a Secretaria Nacional da Juventude e estruturar o PROJOVEM, que já atendeu mais de 3 milhões de jovens em todo o país, com um investimento da ordem de R\$ 5,2 bilhões.

## Diversidade Sexual

O governo Serra criou uma Coordenação de Políticas para Diversidade Sexual que não dispõe de recursos orçamentários nem de pessoal. Não existem, de fato, políticas públicas de combate à homofobia e promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A lei estadual contra a discriminação continua sem divulgação. Enquanto isso, em nível federal, o governo Lula foi o primeiro a implantar um programa de combate à homofobia e a convocar uma Conferência Nacional LGBT – uma referência internacional de política pública.

## Pessoas com Deficiência

Não há, por parte dos governos tucanos, preocupação com implantação de uma política voltada para as pessoas com deficiência. Foi criada a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas sua dotação orçamentária em 2010 foi cortada em um terço em relação à de 2009. Não existe uma Política de Estado eficaz e contínua para garantir acesso adequado aos logradouros e edifícios públicos, bem como ao sistema de transporte coletivo. Falta adequada implantação de Educação Inclusiva, garantindo estrutura e profissionais preparados para desenvolver tal modelo. Não há um programa de qualificação e capacitação profissional visando à inserção no Mercado de Trabalho. Não existe qualquer incentivo do estado para desenvolvimento de programas na área de esporte, cultura e lazer. A única política em curso é a recente criação da Rede Lucy Montoro para atendimento terapêutico vinculada à área de saúde.

## Cultura

Faltam mecanismos de apoio às expressões culturais nos municípios, para preservação da memória e das tradições culturais de nosso povo. Não tivemos uma política de fomento de bibliotecas públicas. Nos municípios do interior, assistimos ao fechamento de cinemas e teatros e somente cerca de 20% dos municípios ainda possuem essa opção de entretenimento. Merece atenção o esvaziamento orçamentário e político da TV Cultura, que poderia vir a ser um formidável instrumento de fomento à educação, cultura e cidadania

## Corrupção e Omissão

Nos últimos anos, a bancada governista engavetou 85 CPIs na Assembléia Legislativa paulista. Não permitiu o aprofundamento das investigações de episódios de grande repercussão global, como o caso Alstom (segundo o qual, uma investigação da polícia Suíça identificou R\$ 6,5 milhões de propinas pagas a autoridades do governo do estado durante a gestão do PSDB); desvios comprovados de recursos da Nossa Caixa; fraudes na CDHU; corrupção na alta hierarquia da Secretaria de Segurança Pública, nos recursos públicos direcionados aos presídios; e, indícios de corrupção de altos funcionários do METRÔ e da DERSA que receberam propina de empreiteiras, conforme revelou a “Operação Castelo de Areia”. Essa atitude de não apurar as denúncias de corrupção repete um padrão do governo de FHC de varrer toda a sujeira para baixo do tapete.

O governo Lula escolheu como procurador-geral da República os nomes eleitos por seus pares, que deixaram para trás o tempo de “engavetadores” gerais e asseguraram ao Ministério Público o cumprimento de seu papel no oferecimento de denúncias contra quem quer que seja. Além disso, fortaleceu a Controladoria Geral da União (CGU). As CPIs funcionaram livremente, mesmo quando o único foco foi o objetivo político-eleitoral da oposição. Deu liberdade de ação e equipou a Polícia Federal, que investigou governadores, banqueiros, empresários, funcionários do governo, parlamentares, prefeitos - quando necessário, às vezes até com excessos, mas superando a história de impunidade que marcava o país. No Brasil, apenas em 2009, tivemos 288 operações da Polícia Federal, 43 foram contra crimes na administração pública com a prisão cautelar de 400 suspeitos. A ampla divulgação pela imprensa dessas ações e o novo padrão de rigor delas deram a falsa impressão de que a corrupção teria aumentado no país, quando na verdade o que efetivamente cresceu foi o combate à corrupção, resultado do fortalecimento e liberdade das instituições controladoras e de mais transparência nas políticas públicas.

## Regressão Democrática

A regressão democrática é outra marca dos governos do PSDB. Há ausência de diálogo com a sociedade. O processo orçamentário estadual não considera as regiões mais carentes

do estado e suas necessidades, não garante transparência e participação popular. O trato autoritário com o funcionalismo público e com o conjunto dos movimentos sociais é uma constante, traduzido na recusa do diálogo e na repressão às lideranças, manifestações e greves, como nos casos recentes do movimento reivindicatório dos policiais e dos professores.

Ressaltem-se, ainda, as sucessivas investidas para criminalizar os movimentos sociais, como a prisão de militantes de movimentos populares, as bombas na passeata do dia 8 de março e as invasões da USP, da PUC e da Fundação Santo André – uma violação do princípio da autonomia universitária. No caso da USP, nem mesmo a ditadura tinha invadido com tropa de choque o campus, mas o governo tucano o fez.

O governo Lula investiu no diálogo social, incentivando as conferências nacionais com ampla participação da sociedade civil, estabelecendo uma mesa de diálogo sindical permanente com o funcionalismo público, recebendo e assegurando a participação das Centrais Sindicais e dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas. São dois padrões opostos de atitude diante da participação cidadã.

## Falta de Participação dos Municípios nos Processos Decisórios

O relacionamento com os administradores municipais também tem sido pautado pelo autoritarismo no estado. A implantação de presídios, unidades da Fundação Casa e pedágios vêm sendo realizadas sem a devida participação das cidades envolvidas e a adoção das medidas compensatórias necessárias. A centralização e o autoritarismo têm levado à desvalorização e à perda progressiva de espaço dos agentes responsáveis pelas políticas regionais, como os Consórcios Intermunicipais e Regiões Metropolitanas. Os governos tucanos não recebem os dirigentes municipais nas Marchas dos Prefeitos.

Em sentido oposto, o governo Lula reforçou os repasses federais aos municípios, ampliando o FPM. Além disso, aprovou a PEC dos Precatórios, o parcelamento dos débitos com o INSS, impulsionou o Programa de Modernização Administrativa (PMAT-BNDES), e criou o Comitê de Articulação Federativa com representação de todas as entidades nacionais de representação do municipalismo. O PAC, que orientou novos e volumosos investimentos para os municípios brasileiros, ajudou decisivamente a mudar o padrão histórico de relacionamento entre os municípios e o governo federal. É preciso substituir a cultura da omissão, de cunho partidário, pela cultura da parceria republicana que o governo Lula vem aplicando no país. O governo do estado de São Paulo tem que se aliar ao governo nacional para impulsionar políticas públicas para os municípios.

# III- MERCADANTE VAI MUDAR SÃO PAULO COMO LULA MUDOU O BRASIL

A candidatura de Mercadante vem para anunciar um ciclo de grandes transformações. Podemos e vamos construir em São Paulo as grandes mudanças que nos aproximam do projeto que estamos implantando no Brasil. O acúmulo de experiência de 30 anos do PT traz uma forte convicção: o que Lula fez para o Brasil, Mercadante poderá fazer por São Paulo. Nesse sentido, as prioridades absolutas do Governo Mercadante são Educação, Segurança Pública, Saúde, Transporte Público e Habitação. Além desses setores, a estratégia global de ação compreende 13 eixos temáticos, a saber:

## **1. Desenvolvimento Econômico Acelerado e Sustentável com Justiça Social**

## **2. Desenvolvimento Regional e Interiorização do Crescimento Econômico**

## **3. Preservação Ambiental e Sustentabilidade**

## **4. Nova Política de Educação**

## **5. Nova Política de Segurança Pública**

## **6. Nova Política de Transporte Público**

## **7. Nova Política de Saúde**

## **8. Melhoria da Infraestrutura Urbana Social**

## **9. Promoção da Cidadania e Inclusão Social**

## **10. Nova Política para a Juventude**

## **11. Igualdade entre Mulheres e Homens**

## **12. Promoção da Igualdade Racial**

## **13. Democracia, Participação e Controle Social**

A seguir, serão apresentadas diretrizes gerais para cada um desses eixos, que orientarão a elaboração do Programa de Governo de Mercadante para o Estado de São Paulo.

## **1- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ACELERADO E SUSTENTÁVEL COM JUSTIÇA SOCIAL**

### **Um Novo Modelo de Desenvolvimento**

São Paulo, que sempre teve um papel de destaque na sustentação do crescimento econômico e geração de empregos, não vem tendo o destaque que poderia ter. Sua perda de dinamismo tem graves repercussões locais e para a economia brasileira em seu conjunto. É estratégico construir em São Paulo um novo modelo de desenvolvimento, que contribua para impulsionar o crescimento de todo o Brasil de forma sustentada e com justiça social. Para isto precisamos investir nos próximos anos em projetos estratégicos de infraestrutura econômica e social, na revitalização da produção industrial e agrícola, na consolidação de um setor de serviços moderno, na melhoria da qualidade de vida e nas condições de trabalho da população paulista. São Paulo precisa superar os limites das políticas neoliberais e recuperar a capacidade de desempenhar um papel ativo no planejamento, no financiamento, na indução e na coordenação de políticas de desenvolvimento.

Um novo Modelo de Desenvolvimento necessita que busquemos novas formas de planejamento, onde o setor público e os investimentos em pesquisa e infraestrutura constituam a base logística e estratégica para o desenvolvimento. Isso implica enfrentar os seguintes desafios:

- Impulsionar o desenvolvimento econômico, social e ambiental para criar condições para a redução das desigualdades e da pobreza.

- Fomentar Modelo de Desenvolvimento Limpo – MDL, incentivando a cadeia produtiva limpa e sustentável;

- Promover a recuperação da infraestrutura econômica e social em sintonia com as necessidades do desenvolvimento. Essa articulação deve ser concebida, planejada e implantada a partir de uma concepção sistêmica e regionalizada.

- Aumentar os investimentos em educação de qualidade para ampliar e fortalecer a cidadania e a inclusão digital, bases da sociedade do conhecimento.



- Formular políticas visando impulsionar a pesquisa e as inovações.

- Identificar os principais setores que tenham densidade na área de tecnologia da informação e garantir maior articulação entre eles e os demais segmentos da economia e do serviço público.

- Promover maior adensamento das cadeias produtivas de setores com alta densidade tecnológica e que detêm participação expressiva na indústria paulista.

- Consolidação das políticas de apoio ao desenvolvimento local e regional.

- Planejar o desenvolvimento agrícola e apoiar os complexos agroindustriais, a agricultura familiar e os assentamentos, estimulando a adoção de uma tecnologia atualizada, ambientalmente limpa e socialmente adequada.

- Estimular o incremento da atividade turística em regiões do estado e elaborar Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo Paulista.

## Trabalho, Emprego e Renda

Além do emprego de qualidade, fruto do crescimento econômico, o enfrentamento da grave questão social existente em São Paulo também requer um conjunto de ações específicas e emergenciais voltadas para a inclusão social, combinadas e articuladas, a saber:

- Políticas de Geração de Trabalho, Emprego e Renda;
- Políticas voltadas à redução da burocracia e apoio aos empreendedores, visando inclusive regularizar a situação daqueles que se encontram à margem das regulamentações;
- Uma nova dimensão para o Programa Bolsa Família em São Paulo, articulado com programas de qualificação profissional;
- Políticas de Microcrédito;
- Políticas de Apoio e Fomento à Economia Solidária;
- Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Políticas voltadas para a redução da burocracia e de apoio aos empreendedores.
- Estudos, visando à implantação do Programa Renda Básica da Cidadania, em articulação com o Governo Federal.

## Agricultura e Desenvolvimento Agrário

O desafio do Governo Mercadante é consolidar de forma equilibrada uma reestruturação produtiva capaz de estabelecer as bases de uma nova política para a agricultura e o desenvolvimento agrário. Essa nova política visa, por um lado, apoiar importantes complexos agroindustriais no aumento da competitividade e na adequação ambiental e social; e, por outro, garantir aos pequenos produtores, agricultores familiares e assentados condições de prosperarem no processo produtivo e melhorarem a qualidade de vida. As principais diretrizes são:

- Para a Agricultura Familiar – Estimular a formação de Cooperativas e Associações de produtores rurais e de Centrais de Cooperativas agregando valor à produção. Fortalecer a pequena e média produção agropecuária e a diversificação produtiva. Criação de mecanismos que organizem a demanda de compras públicas (merenda escolar, alimentação de hospitais, etc.) e a oferta (crédito, tecnologia, assistência técnica, logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços. Estimular a aquicultura e pesca.

- Para a Reforma Agrária - Priorizar a regularização fundiária nas áreas rurais, em especial no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema, destinando as áreas públicas para assentamentos. Apoiar o governo federal na formulação e implementação da Política Agrícola e da Reforma Agrária. Oferecer uma Assistência Técnica de qualidade, articulada com Pesquisa Agropecuária adequada, infraestrutura produtiva e social e apoio para o desenvolvimento dos assentamentos do estado.

- Para a Agroindústria: Garantir investimentos e programas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para o aumento da produtividade agrícola e agroindustrial. Privilegiar tecnologias em energias renováveis. Ativar as principais cadeias produtivas da agroindústria no estado garantindo respeito ao meio ambiente e condições de trabalho adequadas. Reativar e valorizar os institutos de pesquisa paulistas para impulsionar a inovação e o aumento da produtividade, estimulando a adoção de tecnologias limpas.

## Política de Inovação, Ciência e Tecnologia

O estado de São Paulo dispõe de um amplo número de renomadas instituições de pesquisa, criadas ao longo dos últimos 130 anos, com destaque para as universidades e os institutos de pesquisas. É preciso recuperar esse apreciável patrimônio humano e material, colocando-o em sintonia com o desenvolvimento tecnológico e a inovação. As diretrizes são:

- Revitalização e Integração dos Institutos de Pesquisas,

centros universitários e áreas de pesquisa e desenvolvimento de empresas privadas.

- Prioridade absoluta para implantar banda larga, inclusão digital e novas tecnologias de informação eletrônica em todas as escolas públicas, na rede de saúde, na segurança, bem como nos demais serviços públicos oferecidos pelo estado e pelos municípios.

- Criação de Sub-Secretaria para Inclusão Social (como fez o MCT, no início do Governo Lula) para contemplar as novas visões de tecnologia: tecnologia apropriada, tecnologia social e desenvolvimento local. As pró-reitorias de extensão das universidades públicas paulistas devem ter um papel ativo nas ações e projetos de inclusão social.

- Apoiar o desenvolvimento de projetos de governo eletrônico nos municípios paulistas.

- Reestruturação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do ESP que passará a ter um papel de liderança na coordenação da política de ciência, tecnologia e inovação do ESP.

- O desenvolvimento da tecnologia e a inovação nas empresas serão incentivados. Uma alternativa é a formação de Grupos de Pesquisas nas empresas, com forte interação com a academia. A primeira tarefa do grupo seria elaborar um Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a empresa.

## Infraestrutura de Transportes

O Governo Mercadante vai retomar o papel que cabe ao estado na coordenação de políticas de transportes. É preciso avançar na direção de propostas para a reorganização dos seg-

mentos de ferrovias, rodovias, hidrovias e aeroportos. Serão formuladas diretrizes para dois conjuntos de projetos estruturantes e de alto impacto: o primeiro com realização imediata, no período 2010-2014; e o segundo, cujos projetos deverão ser iniciados, mas seus respectivos períodos de implantação deverão exceder os quatro anos do governo. Destacam-se os seguintes projetos.

- Especial prioridade à reativação do transporte ferroviário de passageiros e de cargas no estado.

- Conclusão do Rodoanel.

- Revitalização da Hidrovia Tietê-Paraná.

- Trem de alta velocidade que ligará Campinas, São Paulo, Guarulhos e São José dos Campos e trens rápidos nos ramais de Sorocaba, Ribeirão Preto e Bauru.

- Ferroanel, priorizando o trecho Sul, melhorando não só o transporte de cargas no estado, mas também diminuindo o tempo de viagem dos passageiros da rede CPTM;

- Duplicação da Rodovia dos Tamoios e ampliação do Porto de São Sebastião.

- Além desses projetos, é necessário corrigir o abuso visível dos pedágios. Precisamos revisar os contratos das concessões de rodovias, pelo exercício da cláusula de equilíbrio econômico financeiro, em favor do consumidor.



## 2- DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

São Paulo precisa equilibrar melhor o desenvolvimento econômico entre as diversas regiões do estado. Precisamos de projetos estruturantes para o interior, que levem em conta a vocação econômica das regiões. Para viabilizar esse objetivo maior, seguem as seguintes diretrizes:

- Criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social nas diversas regiões do estado de São Paulo, com o objetivo de estabelecer as bases de uma política de desenvolvimento regional, de planejamento e de integração institucional.

- Criação de Fundo de Desenvolvimento Regional. Implementar uma política de incentivos fiscais para fomentar os investimentos nas regiões menos desenvolvidas, a partir da vocação econômica definida pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social.

- Regionalização do orçamento e planejamento de projetos estruturantes regionais, com a participação dos poderes locais e da sociedade civil local.

- Iniciar uma “marcha para o Oeste” - Precisamos descentralizar a economia, especialmente para o Centro e o Oeste do estado.

- Desenvolver programa específico para o litoral paulista, visando impulsionar a criação de pólos industriais e tecnológicos na região. Investir em obras viárias que desafoguem as vias de acesso ao Porto de Santos e melhorem a logística do Pólo Industrial e o tráfego.

## 3 - PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

### Preservação Ambiental

Para o Governo Mercadante, o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo deve ter sustentabilidade ambiental e priorizar a conservação dos recursos naturais. As diretrizes gerais para este segundo eixo prioritário são:

- Liderar o processo de transição para uma “economia verde”.

- Mudar a matriz energética, implantando medidas visando à redução da emissão de gases de efeito estufa. Fomentar a geração de fontes alternativas de energia, como o biocombustível, a energia solar e a eólica.

- Aperfeiçoar o Sistema Estadual de Meio Ambiente fortalecendo o Sistema Nacional;

- Implantar o Programa de Gerenciamento Costeiro;

- Investir em programas de educação ambiental;

- Fortalecer o controle e fiscalização da poluição das águas,

na gestão dos recursos hídricos, na preservação dos lençóis freáticos, nos programas de tratamento de resíduos sólidos e na proteção às matas ciliares, mananciais e áreas de reservas ambientais.

- Defender uma Reforma Tributária que incorpore a dimensão ambiental;

- Estudar mecanismos de compensação para municípios com áreas de mananciais e de preservação ambiental, e de pagamento por serviços ambientais;

- Formular política específica para as Áreas de Preservação Ambiental e para as populações tradicionais;

### Saneamento Ambiental

A água deve ser tratada como bem estratégico para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social do estado. A falta de disposição adequada dos resíduos sólidos, a insuficiente coleta de esgotos e, sobretudo, os índices modestos de tratamento de esgotos são os principais responsáveis pela poluição dos rios que cortam o

estado. Para reverter esse quadro, as principais diretrizes do Governo Mercadante são:

- Buscar a universalização do acesso ao serviço de abastecimento de água, coleta de esgoto e do tratamento do esgoto coletado, e ampliação da tarifa social.

- Redefinição da Política Estadual de Saneamento para englobar todos os municípios paulistas, tanto os operados pela Sabesp como os autônomos.

- Democratizar as relações da Sabesp com os municípios.

- Reinvestir no próprio setor, os dividendos pagos pela Sabesp ao Governo do Estado, fruto do desempenho econômico e financeiro da empresa.

## 4 - NOVA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

No Governo Mercadante, a Educação será prioridade absoluta. Implantaremos uma política educacional afinada com o projeto de Estado e Nação que vem sendo gestado no Brasil no governo Lula e contará com os seguintes **objetivos estratégicos voltados para a construção da escola do futuro**:

- Preparar São Paulo para a sociedade do conhecimento, preparando as bases para a construção de uma escola do futuro, portadora de todos os recursos de excelência em tecnologia da informação.

- Acelerar a implantação da Banda Larga e a oferta de laptops, iniciando pelo Ensino Médio e, progressivamente, estender para os demais níveis de ensino.

- Ampliar as Escolas Técnicas Estaduais e implantar escolas de tempo integral na rede pública, especialmente no Ensino Médio e Profissionalizante.

- Estímulo e apoio aos municípios para ampliação progressiva da rede de creches e pré-escolas em horário integral.

- Combater o analfabetismo.

- Assegurar a permanência do aluno pobre no Ensino Médio e no Ensino Profissionalizante por meio de programas de transferência de renda implantados em São Paulo pelo governo federal (Bolsa Família) e estadual (Renda Cidadã).

- Fortalecer a excelência acadêmica em pesquisa e inovação das universidades públicas paulistas.

- Expandir as FATECS para fortalecer a vocação econômica das diversas regiões do estado.

- Garantir recursos para ampliar o número de vagas no

ensino superior público e manter o padrão de qualidade no ensino, pesquisa e extensão.

- Expandir a presença no estado da USP, da UNESP e da UNICAMP e articular com elas a criação da “Universidade do Professor” para estimular a formação continuada em toda a rede.

- Priorizar o atendimento médico aos alunos da pré-escola e Ensino Fundamental, visando o diagnóstico precoce de problemas de saúde (visão, audição, coordenação, nutrição, tratamento dentário e outros) que interferem no desempenho escolar.

- Democratizar as relações entre Estado e Municípios e instituir um efetivo regime de colaboração no âmbito educacional.

Os pilares para essa transformação são a melhoria da qualidade; a democratização do acesso; e a democratização da Gestão. As diretrizes para cada um desses pilares são:

**Qualidade da Educação** - O Governo Mercadante trabalhará para garantir, para todos os sistemas educacionais, da pré-escola à pós-graduação, escolas onde todas as crianças, jovens adolescentes e adultos possam estudar com qualidade e conforto em prédios equipados (biblioteca, computadores, laboratórios), com segurança e pedagogia adequada.

- Valorização do professor e compromisso com a realização de concursos públicos para efetivar o maior número possível de professores.

- Expansão da carga horária - Introduzir, gradualmente, dois turnos (primeira fase) e período integral (segunda fase).

- Buscar, gradualmente, a redução do número de alunos por classe, no limite de 35 alunos por sala de aula, sendo, no máximo, 25 alunos nas salas de alfabetização.

- Fim da aprovação automática - Mudar o sistema de avaliação e acompanhamento do aluno, cumprindo exigências de aprendizado, respeitando o ritmo de cada estudante e estimulando sua formação e fomentando programas de recuperação dos alunos defasados.

- Inclusão Digital – Implantar acesso à internet em banda larga em todas as escolas públicas estaduais.

- Laptop Popular – Disponibilizar, progressivamente, computadores portáteis para as crianças que estejam na escola.

- Produção de material pedagógico digital, incluindo bibliotecas, livro didático, portal do professor e portal do aluno.

**Democratização do Acesso e Permanência** - O Governo Mercadante vai trabalhar para democratizar o acesso, a permanência, combater a evasão e a repetência, e eliminar o analfabetismo:

- Construção de mais escolas e reorganização daquelas que já existem.

- Escolas funcionando também à noite para viabilizar um programa intensivo de educação de jovens e adultos.

- Apoiar as prefeituras para garantia de transporte, material escolar e uniforme para nossos estudantes.

**Democratização da Gestão** - O Governo Mercadante, junto com professores, alunos e comunidade, vai democratizar e aprimorar a gestão educacional:

- Conselho de Escola – definirá a política para a aplicação dos recursos financeiros recebidos pela escola e acompanhará sua execução.

- Conselho Estadual de Educação – passará por profundas modificações em sua composição e competências, inclusive o acompanhamento da gestão dos recursos destinados à educação e de sua execução.

- Plano Escolar – Planejamento para acomodação da demanda, turnos de funcionamento, utilização do espaço físico serão decididos e acompanhados pelo Conselho de Escola.

- Gestão Escolar – programa de formação em gestão para todos os diretores e gestores escolares.

- Formular um novo Sistema de Avaliação e Desempenho para Escolas.

- Elaborar Plano Estadual de Educação em conjunto com entidades representativas do magistério, dos alunos, dos pais de educadores, das universidades, da sociedade civil.



# 5 - NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

É urgente uma nova política de segurança para São Paulo. A criminalidade e a violência serão enfrentadas de forma transparente, eficiente e dentro da legalidade. As diretrizes para reconstrução da política de segurança de São Paulo e o combate ao crime organizado são:

- O Policiamento Inteligente será um dos mais importantes mecanismos de controle da criminalidade. Começaremos unificando os bancos de dados criminais e integrando os grupos de inteligência de todas as polícias. Também será prioridade o investimento em tecnologia e equipamentos de última geração e a informatização do cadastro de impressões digitais.

- Intensificar o policiamento ostensivo e preventivo.

- Reforçar o efetivo e valorizar o profissional – reformulação dos planos de carreira e valorização dos policiais que trabalham na rua. Investiremos na formação continuada e especializada dos policiais e agentes penitenciários.

- Ampliar a parceria com o Governo Federal e com a Polícia Federal: atuação coordenada na repressão à criminalidade violenta, no gerenciamento de crises e no combate à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao combate às drogas.

- Ampliar a presença do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (Pronasci) no estado de São Paulo.

- Integração dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal e Segurança (forças policiais, Poder Judiciário, Ministério Público e Guardas Municipais).

- Combate à corrupção e violência policial e fortalecimento das corregedorias e ouvidorias.

- Reconstrução do Sistema Prisional visando a retomada do controle dos presídios.

- Controlar a disciplina nos Presídios, com o bloqueio do sinal de telefones celulares.

- Instalação de detectores de metais para impedir a entrada de armas e o combate à corrupção no sistema.

- Separar os presos por grau de periculosidade e introduzir o trabalho e a educação para aqueles que não representem ameaça à sociedade.

- Iniciar a implantação do monitoramento eletrônico de presos (pulseiras ou tornozeleiras magnéticas), que permite o acompanhamento de todos os passos do preso e sua localização permanente e imediata. A recente aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei de co-autoria do Senador Mercadante, abre essa possibilidade para o Brasil e vamos implantá-lo em São Paulo. O monitoramento eletrônico possibilitará a manutenção de presos que cometeram infrações menos graves fora das prisões. Com isso, pode-se diminuir a superlotação dos presídios e evitar a convivência de presos perigosos com infratores com menor potencial de risco à sociedade. Essa medida também possibilitará a adoção de um Programa de Penas Alternativas, baseado na prestação de serviços à comunidade, nos casos em que o preso não represente ameaça à vida e à sociedade.

- Programa de Combate ao Narcotráfico e ao Crack. É preciso uma reação em todos os níveis para o enfrentamento dessa epidemia. É urgente a implantação de um programa específico que busque a ação coordenada de governos, sociedade e entidades civis, para deter o crescimento das drogas e do crack em São Paulo. Esse programa deve articular as ações da segurança (repressão ao tráfico), saúde pública (tratamento e recuperação dos dependentes), educação (prevenção) e assistência social (apoio ao dependente e à família).

# 6 – NOVA POLÍTICA DE SAÚDE

O Governo Mercadante vai revitalizar o SUS em todo o estado de São Paulo, para que possa oferecer um atendimento digno e eficiente, valorizando os profissionais da saúde para que todos trabalhem motivados e comprometidos com a qualidade da saúde. As diretrizes para a saúde são:

- Utilizar a tecnologia da informação para promover um salto de qualidade no atendimento, informatizando o Sistema Estadual de Saúde. O banco de dados da saúde paulista será sistematizado e o atendimento da saúde ganhará agilidade.

- Criação do “Cartão Saúde” – Para facilitar o atendimento, Mercadante vai criar o “Cartão da Saúde” que será distribuído gratuitamente para todos os usuários. O cartão facilitará o atendimento do usuário em qualquer unidade de saúde do estado e funcionará como uma espécie de CPF da saúde.

- Criação da Central de Atendimento para a Marcação de Consultas e Exames, para que todos possam marcar consultas e exames por telefone ou pela internet, através do Cartão Saúde. Ou seja, vai diminuir consideravelmente as filas e a espera para o atendimento.

- Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças - Fortalecimento da participação do Governo do Estado nos programas Farmácia Básica, Saúde da Família, SAMU, Farmácia Popular e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

- Organização da Rede Regionalizada para Procedimentos de Médias e Altas Complexidades (exames de ultra-som, R-X, cirurgias de cataratas etc.) em parcerias com os municípios e o Governo Federal, incluindo a utilização dos laboratórios da rede privada, utilizando o período noturno para aproveitar a capacidade ociosa.

- Recuperar e Fortalecer os 46 Hospitais Estaduais de “porta aberta”, administrados diretamente pelo governo estadual, bem como as Santas Casas e os Hospitais Universitários. Definir a construção de novos hospitais em conjunto com os municípios nas regiões do estado de maior carência.

- Criar mecanismos de regulação, transparência, controle social e fiscalização das Organizações Sociais que estão em funcionamento.

- Ampliar a adoção de medidas preventivas visando o combate das grandes endemias, como a dengue.

- Apoiar as pessoas com doenças crônicas como os portadores do vírus HIV - da AIDS, portadores de diabetes, hipertensão e câncer.

- Fazer parcerias com programas do governo federal de apoio aos tutores das pessoas da terceira idade e fornecimento de auxílio financeiro e psicossocial para pessoas com problemas mentais.



# 7 - NOVA POLÍTICA DE TRANSPORTE PÚBLICO

O enfrentamento do problema do trânsito e do transporte público, especialmente na RMSP, requer a prioridade absoluta aos transportes de alta capacidade (metrô e trem), cujas malhas devem ser articuladas e complementadas por corredores exclusivos de ônibus e sistemas de metrô de baixa capacidade (VLT e Monotrilhos). As diretrizes para a RMSP são:

- Prioridade absoluta para a modernização dos 260 km de linhas da CPTM e sua transformação em Metrô de superfície.
- Ampliação do Metrô, com prioridade para a conclusão das linhas que estão sendo implantadas.

- Trem Metropolitano de Guarulhos.
- Planejamento e implantação de corredores de ônibus e VLT que contribuam para articular as malhas do metrô e da CPTM.
- Para o enfrentamento da questão da mobilidade urbana nas demais Regiões Metropolitanas, devem ser priorizadas as obras do Corredor Metropolitano Noroeste (Região de Campinas) e Sistema Integrado Metropolitano (SIM) - (Regiões de Campinas e Baixada Santista).

# 8 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

## Política Urbana

O Governo Mercadante vai romper com o longo ciclo de falta de planejamento e a ausência de compromisso com soluções integradas para o desenvolvimento urbano. As diretrizes são:

- Planejamento urbano, visando garantir uma integração das políticas setoriais (Saneamento, Recursos Hídricos, Habitação, Transportes e Meio Ambiente)
- Integrar os empreendimentos a serem financiados pelo Estado às políticas urbanas municipais e aos Planos Diretores.
- Aplicação dos instrumentos definidos pelo Estatuto da Cidade, sobretudo com o cumprimento da função social da propriedade.
- Prevenção de Enchentes – Articular com o governo federal, um programa especial de prevenção, combate às enchentes e proteção da população em área de risco. Fazer parcerias entre estado e os municípios. Investir na prevenção de enchentes, com a coordenação de um conjunto de ações de macro e micro drenagens, dragagens de rios, construção e reparação de galerias pluviais, proteção de encostas e remoção de populações residentes em áreas de risco.

## Gestão das Regiões Metropolitanas

A despeito de sua importância relativa, as Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo não dispõem de um efetivo sistema de gestão institucional. O Programa de Governo deverá seguir as seguintes diretrizes visando a construção de marco institucional adequado:

- Participação da sociedade civil nos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas e formulação de Planos Metropolitanos de Desenvolvimento.
- Criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo.
- Elaboração de estudos para a criação de novas regiões metropolitanas, em especial da Região Metropolitana de Sorocaba e da Região Metropolitana de São José dos Campos.

## Habitação Popular

O estado de São Paulo possui déficit habitacional de grande monta, concentrado nas famílias com renda familiar per capita igual ou inferior a três salários mínimos mensais. Para enfrentar este desafio, será preciso avançar nas seguintes diretrizes:

- Buscar maior articulação e fortalecer o Programa Minha



Casa, Minha Vida, implantado pelo Governo Federal;

Reestruturar a política habitacional que atuará em diferentes linhas de ação, buscando dar conta da diversidade de situações e de soluções para a questão habitacional: regularização

fundiária e urbanização de favelas; atuação em áreas centrais; produção habitacional; mutirão associativo; atuação em área de mananciais e de proteção ambiental; comunidades quilombolas; moradia indígena; mutuários da CDHU e despejos.

## 9 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

### Assistência Social

O Governo Mercadante vai revitalizar o Sistema Único de Assistência Social (Suas) em todo o estado de São Paulo em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). As principais diretrizes são:

- Garantir o papel do gestor estadual como elo importante na gestão federativa cooperada presente no SUAS, promovendo a instalação de serviços regionais de média e alta complexidade, especialmente pela rede de CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social, em articulação com os sistemas de segurança e justiça.

- Fortalecer as ações de assistência social desenvolvidas no âmbito estadual de maneira articulada com os programas do governo federal, coibindo a dispersão de recursos e a sobreposição de programas e estimulando a complementaridade das ações sob responsabilidade do estado e da União.

### Esporte

Tendo em vista os Jogos Olímpicos de 2016, que serão sediados no Brasil, vamos valorizar o esporte como propulsor da qualidade de vida de todas as faixas da população. As diretrizes do Programa de Governo Mercadante são:

- Implantar um amplo programa de apoio aos esportes, que abarque as modalidades de base, explorando seu caráter educacional e recreativo, e o esporte competitivo, priorizando o investimento na formação e preparação de atletas para os Jogos Olímpicos de 2016.

- Implantar Pólos Regionais ou de Formação de Atletas e Centros Profissionais Avançados de Ensino de Modalidades Esportivas de acordo com as vocações regionais.

- Construir Centros Olímpicos Regionais no estado de São Paulo, em parceria com a iniciativa privada.

- Programa de Formação de Atletas para os atletas das diversas modalidades que mostrarem capacidade e talento para a competição esportiva, contemplando a concessão de bolsa-atleta de estudos.

- Priorizar projetos que visam apoiar a realização da Copa do Mundo de 2014.

- Programa Segundo Tempo – Disseminar o programa desenvolvido pelo Governo Lula nos municípios paulistas para propiciar a iniciação esportiva e aumentar o tempo de permanência dos estudantes na escola.

### Criança e adolescente

O Governo Mercadante priorizará a criação de políticas públicas para proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente. As principais diretrizes são:

- Instituir uma política estadual de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, de forma democrática, participativa.

- Fortalecer e aprimorar os Conselhos de Direitos e Tutelares como órgãos formuladores e controladores das Políticas Públicas.

- Apoiar e estimular as redes de proteção à infância e juventude, reconhecendo a sua diversidade e criando um Sistema Unificado de Informações.

- Instituir o Orçamento Criança e Adolescente, ampliando o investimento nas áreas sociais e de cidadania.

### Cultura

Frente aos avanços do governo Lula na área de cultura e a partir do acúmulo de realizações nas diversas gestões petistas em

idades e outros estados, o Governo Mercadante definirá políticas públicas de cultura orientadas pelas seguintes diretrizes:

- Criar mecanismos que promovam a circulação de espetáculos, debates e exposições, atingindo locais tradicionalmente esquecidos como as pequenas cidades do interior e a periferia dos grandes centros urbanos.
- Fomentar as atividades culturais em suas mais diferentes formas de manifestação, em especial a cultura popular, o resgate das expressões tradicionais, a democratização do acesso à cultura e a produção de bens e serviços que hoje fazem parte da chamada economia da cultura.
- Fortalecer a TV Cultura.
- Criar pólos de apoio ao cinema e à produção áudio visual.
- Criação do Sistema Estadual de Cultura, com a articulação de redes participativas de gestão pública da cultura em todas as regiões administrativas do estado.
- Criação do Fundo Estadual de Arte e Cultura instrumento de fomento à produção, circulação e consumo de bens e serviços artísticos e culturais, garantindo o acesso às diversas camadas sociais.
- Instituir uma Política estadual de comunicação, estruturando uma rede de organismos de comunicação com participação social.

## Cidadania LGBT

Inspirado na experiência do Governo Lula, a principal diretriz do Governo Mercadante para formulação de uma política estadual que assegure a efetiva cidadania aos segmentos LGBT é:

- Implantar políticas afirmativas para a população LGBT, criando o Plano Estadual de Combate à Homofobia, estruturando a coordenação de políticas da diversidade sexual, divulgando e garantindo o cumprimento da lei estadual 10.948, que pune condutas homofóbicas.

## Pessoas com Deficiência

Para garantir os direitos das pessoas com deficiência, assegurados pela Constituição, as principais diretrizes devem caminhar no sentido de ampliar a acessibilidade contemplando os seguintes aspectos:

- Garantir a acessibilidade nas vias públicas e nos meios de transporte público, adaptação dos equipamentos públicos e a capacitação de pessoal, priorizando as escolas infantis e as séries iniciais. Garantir acessibilidade em locais que ofereçam atividades culturais, esportivas e de lazer, e que incluam pessoas desde a infância. Adaptar a estrutura dos prédios históricos para que se tornem acessíveis. Implantar espaços físicos de fácil acesso à prática esportiva por pessoas com deficiência.
- Instalação de semáforos sonoros em locais de grande fluxo. Comunicação em Braille nos prédios e locais públicos.



## Política para Idosos

Atualmente, mais de quatro milhões de idosos vivem em São Paulo. A grande maioria está excluída de qualquer tipo de ação governamental. O Programa de Governo de Mercadante apresentará propostas visando rever esse quadro, com base nas seguintes diretrizes gerais:

- Desenvolver políticas específicas de inclusão social e proteção do idoso em espaços de participação, educação, lazer e cultura para o idoso.

- Formular uma política do Estado, voltando sua direção e ação para formação de lideranças com conhecimentos da realidade social, com dados estatísticos em levantamento que permita identificar a população idosa em cada região e cidade.

- Incentivar o fortalecimento do Conselho do Idoso do estado de São Paulo.

# 10 – POLÍTICA PARA A JUVENTUDE

Cabe ao governo Estadual a responsabilidade de equacionar as demandas, oferecer perspectivas de futuro e propiciar cidadania aos milhões de jovens paulistas, reconhecendo seus direitos. As diretrizes são as seguintes:

- Instituir o Sistema Estadual de Políticas para a Juventude, articulando as políticas, programas e ações dos governos federal, estadual e municipais.

- Promover ações de cultura, saúde, mobilidade urbana, moradia, esporte e lazer de modo integrado e articulado com uma Política Estadual de Juventude, cujo eixo deve ser o jovem e o território, contemplando as diversidades regionais, étnicas e raciais, culturais, de gênero, de orientação sexual.

- Implantar, progressivamente, escolas de tempo integral na rede, especialmente no Ensino Médio e Profissionalizante, e utilizar os programas de transferência de renda implantados em São Paulo pelo governo federal e estadual para assegurar a permanência dos alunos mais carentes.

- Expandir fortemente a oferta de vagas e cursos na Educação Profissional.

- Trabalhar para erradicar o analfabetismo juvenil e ampliar a qualidade do ensino na Rede Estadual de Educação.

- Implementar com prioridade uma política de segurança pública que assegure o direito à vida e à integridade física dos jovens.

- Implementar uma saúde pública que leve em consideração as necessidades específicas dos jovens, especialmente das mulheres, negros e LGBTs.



# 11 – IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

A promoção da igualdade entre mulheres e homens será um dos eixos estruturantes do Governo Mercadante. A preocupação em promover a igualdade estará presente nas diversas políticas públicas, articuladas de maneira transversal e com o arranjo institucional necessário para coordenar o conjunto de ações nas diferentes áreas de governo. As diretrizes são:

- Promover a presença das mulheres no ciclo de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, fortalecendo sua contribuição.
- Promover a autonomia econômica das mulheres garantindo igualdade de tratamento no mundo do trabalho.
- Fomentar o desenvolvimento de políticas e serviços universais de cuidados que viabilizem o compartilhamento e a coresponsabilidade na reprodução social.
- Enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher através da adoção de medidas preventivas, punitivas, de proteção e de atenção.
- Garantir a saúde e o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, assegurando a autonomia das mulheres sobre seu corpo, qualidade de vida e saúde em todas as fases da sua vida.
- Fortalecer uma perspectiva inclusiva, não-sexista e não-racista em todos os níveis do Sistema Nacional de Educação, promovendo e incentivando o acesso das mulheres à ciência e à tecnologia.
- Garantir o desenvolvimento e os investimentos para projetos de infraestrutura, moradia e mobilidade para melhorar a vida das mulheres.
- Garantir o arranjo institucional necessário no governo de São Paulo, com recursos orçamentários e de pessoal, para implantar as políticas para as mulheres no estado.

# 12 – PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Embora o racismo ainda seja um traço da sociedade brasileira, nas últimas décadas, várias instituições da sociedade e do estado estão mais abertas à necessidade da promoção da igualdade racial. Isto aconteceu graças à pressão exercida pelo Movimento Negro em sua luta anti-racismo. O Governo Mercadante será sensível às reivindicações do Movimento Negro e atuará no sentido de ampliar as políticas de promoção da igualdade racial. As principais diretrizes são:

- Garantir o arranjo institucional para a Promoção da Igualdade Racial no estado de São Paulo, bem como articular diferentes secretarias em torno destas políticas públicas;
- Implementação de Políticas de Ações Afirmativas (cotas) para inclusão de estudantes negros nas Universidades Públicas Estaduais;
- Construção do Plano Estadual de Aplicação da Lei 10639;
- Implementação do Plano Estadual de Saúde da População Negra integrado com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Estabelecer linha de ação voltada para o mapeamento, regularização fundiária e liberdade religiosa para as comunidades de terreiro, como também, a titulação de terras quilombolas no estado de São Paulo;
- Construção de programa voltado para as manifestações culturais e esportivas, principalmente os Tradicionais Clubes Negros do estado de SP;

- Aplicar a agenda de trabalho decente sob a perspectiva racial, valendo-se das Convenções 110 e 111 da OIT, principalmente aquelas relativas à garantia dos direitos as trabalhadoras domésticas;

- Inserir as mulheres negras nas políticas públicas executadas pelas diferentes Secretarias de Estado, voltadas para o desenvolvimento econômico, instrumentalizando-as através da educação formal e técnica;

- Promover ações em defesa da vida da juventude negra, a partir de diversas áreas de desenvolvimento social.

## 13- DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Finalmente, este último eixo prioritário contempla a questão da democracia, participação e controle social. Ampliar a participação popular nas decisões é fortalecer e aprofundar a democracia, permitindo a construção de uma sociedade mais justa. Mais ainda, a participação popular deve ser o alicerce para um novo processo de desenvolvimento econômico e social, levando em consideração as diferenças regionais, articulando a população em todos os lugares e reduzindo as desigualdades existentes no Estado. A existência de espaços de participação permitirá que os mais diversos segmentos da sociedade paulista, em todas as regiões do estado, se apresentem, revelando suas experiências, opiniões e sugestões para a construção de uma vida melhor. Com base nessas premissas, as diretrizes são:

- Promover a participação popular e a transparência social como base para um novo modelo de gestão pública, com a implantação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Temáticos e Setoriais, e a criação da Controladoria Geral do Estado e do Portal Transparência SP.

- Fomentar a participação social no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) do estado de São Paulo, bem como a adoção de novos instrumentos de planejamento e gestão pública que considerem a experiência do orçamento participativo, desenvolvida em âmbito municipal.

- Construir novas bases de relacionamento com as bancadas da Assembléia Legislativa e com os prefeitos e prefeitas do estado de São Paulo, bem como com os parlamentares paulistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

- Democratizar as relações de trabalho e valorizar os servidores públicos por meio do estabelecimento de canais insti-

tucionais de diálogo e negociação, como o reconhecimento do Sistema de Negociação Permanente (Sinp). Estruturar as carreiras, a recuperação salarial e o investimento em formação profissional elementos essenciais à melhoria dos serviços prestados à população.

- Ampliar a oferta de informações e serviços à população por meio de soluções de Governo Eletrônico, conjugando os esforços de melhoria da gestão pública, relacionamento com usuários, interação com parceiros sociais e fornecedores, transparência e controle social.

- Construir novos instrumentos de governança de políticas regionais, com garantia de instâncias de participação popular que permitam uma efetiva descentralização administrativa e o desenvolvimento das vocações de cada região e impulsionar o desenvolvimento das regiões mais pobres, reduzindo as graves assimetrias regionais no estado.

- Estimular a democracia na comunicação, a liberdade de expressão e o direito à comunicação, apoiando a educação de mídias nas escolas e as resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação.